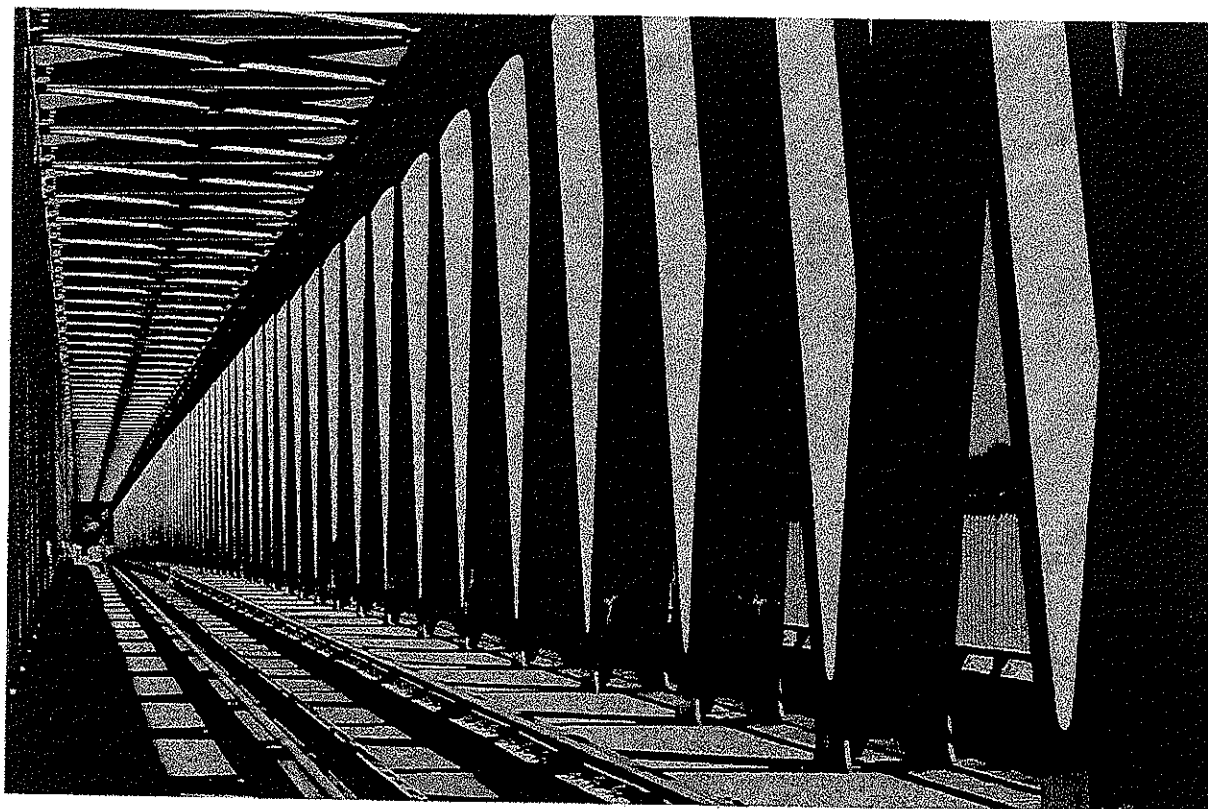


MEDWAY



REGULAMENTO DE CONCESSÕES

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	Pág. 4
2. BENEFICIÁRIOS	Pág. 4/5
3. TIPOLOGIA DAS CONCESSÕES	Pág. 5/6
4. CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DAS CONCESSÕES DE VIAGEM	Pág. 6/7
5. IDENTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	Pág. 7
6. INTRANSMISSIBILIDADE DAS CONCESSÕES	Pág. 7
7. EXTRAVIO	Pág. 7
8. REGIME ESPECIAL	Pág. 7/8
9. CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	Pág. 8
10. PENALIDADES	Pág. 8/9
11. VIGÊNCIA	Pág. 9
ANEXO ÚNICO	Pág. 10/11

1. INTRODUÇÃO

O presente Regulamento tem por objectivo fixar as regras de atribuição de concessões de viagem aos trabalhadores, Pré-Reformados, Reformados e Pensionistas da MEDWAY e seus familiares nos termos e condições definidas no presente Regulamento.

O âmbito das concessões de viagem previstas neste Regulamento aplica-se à oferta de serviço:

- a) Público de transporte ferroviário de passageiros realizado pela CP;
- b) De transporte fluvial Barreiro/Terreiro do Paço assegurado pela Soflusa/Transtejo;
- c) Internacional de transporte ferroviário de passageiros assegurado pelos operadores constantes do Anexo Único e nas condições neste definidas.

2. BENEFICIÁRIOS

2.1. Trabalhadores

Todos os trabalhadores nos termos do presente Regulamento, sem prejuízo do regime especial dos trabalhadores contratados a termo, bem como dos trabalhadores que tenham celebrado ou venham a celebrar com a MEDWAY acordos de pré-reforma.

2.2. Reformados e Pré-Reformados

Os trabalhadores que tenham cessado o vínculo laboral com a MEDWAY por terem passado à situação de reforma por velhice ou invalidez.

Os trabalhadores em situação de pré-reforma usufruem de concessões de viagem em função dos anos de serviço, aplicando-se-lhes de pleno o regime dos Reformados a partir da data de passagem à situação de reforma nas condições definidas no presente regulamento.

2.3. Pensionistas de acidente de trabalho ou doença profissional

Os trabalhadores que tenham cessado o vínculo laboral por motivo de acidente de trabalho ou de doença profissional.

2.4. Familiares

2.4.1. Dos trabalhadores: Cônjuge/União de Facto e filhos, e equiparados (enteados-filhos do cônjuge a viver em economia comum; adoptados, sobrinhos e netos, desde que a cargo do trabalhadores por efeito de decisão judicial transitada em julgado) até aos 25 anos inclusive e filhos ou equiparados, com comprovada incapacidade total para o trabalho, enquanto solteiros, independente da idade.

2.4.2. Dos Reformados, Pré-Reformados e Pensionistas de acidente de trabalho ou doença profissional: Cônjuge/União de Facto e filhos, e equiparados até aos 25 anos

inclusive; filhos ou equiparados, com comprovada incapacidade total para o trabalho, enquanto solteiros, independente da idade.

2.4.3. Dos trabalhadores com 15 ou mais anos de serviço, falecidos ao serviço da Empresa: Cônjuge/União de Facto e filhos ou equiparados, até aos 25 anos inclusive; filhos ou equiparados, com comprovada incapacidade total para o trabalho, enquanto solteiros, independente da idade.

2.4.4. Para efeitos do disposto nos pontos 2.4.1, 2.4.2., e 2.4.3., considera-se Beneficiário o Cônjuge sobrevivente que mantiver o estado civil de viúvo, tendo o unido de facto, tratamento em tudo idêntico.

2.5. Cessação da atribuição do benefício

Os Beneficiários do regime de concessões de viagens e respectivos Familiares cessam o seu direito ao benefício a partir do momento em que iniciam ou prestem serviços para outro Operador Ferroviário ou Entidade que actue no sector ferroviário.

3. TIPOLOGIA DAS CONCESSÕES

3.1. Classes de viagem das concessões

3.1.1. – 2ª Classe – Benefício atribuído a todos os trabalhadores, independentemente da Categoria, que integrem índices inferiores ao 135, da tabela indiciária actualmente aplicada.

3.1.2. – 1ª Classe – Benefício atribuído a todos os trabalhadores, independentemente da Categoria, que integrem índices iguais ou superiores ao 135, da tabela indiciária actualmente aplicada, ou encontrando-se em índices inferiores ao 135 estejam ao serviço da Empresa há mais de 20 anos, bem como aos Quadros Técnicos.

3.1.3. Os Familiares têm direito a viajar em classe idêntica àquela que for atribuída ao trabalhador/Reformado/Pré-Reformado/Pensionista.

3.2. Tipo de Benefícios atribuídos:

3.2.1. Passe de Rede Geral

3.2.1.1. Trabalhadores com contrato sem termo;

3.2.1.2. Reformados, Pré-Reformados e Pensionistas de acidente de trabalho ou doença profissional referidos em 2.2 e 2.3 com 25 ou mais anos de serviço na Empresa;

3.2.1.3. Filhos e equiparados até aos 25 anos (inclusive) dos beneficiários referidos nos pontos 2.1, 2.2 e 2.3.

3.2.1.4. Filhas solteiras, com mais de 25 anos, de trabalhadores admitidos antes de 24/04/1975.

3.2.2. Limite de 4000 km/ano civil gratuitos e 75% de desconto nas restantes viagens

3.2.2.1. Reformados, Pré-Reformados e Pensionistas referidos em 2.2 e 2.3, com menos de 25 anos de serviço na Empresa;

3.2.2.2. Cônjuge/União de Facto dos trabalhadores com contrato sem termo;

3.2.2.3. Cônjuge/União de Facto de Reformados, Pré-Reformados ou Pensionistas com 25 ou mais anos de serviço na empresa.

3.2.3. Limite de 2000 km/ano civil gratuitos e 75% de desconto nas restantes viagens

3.2.3.1. Cônjuge/União de facto de Reformados, Pré-Reformados e Pensionistas referidos em 2.2. e 2.3., com mais de 15 e menos de 25 anos ao serviço;

3.2.3.2. Cônjuges/União de facto de trabalhadores falecidos ao serviço da empresa, com 15 anos ou mais ao serviço.

3.2.4. Passe de Residência

Assinatura atribuída a trabalhadores com contrato a termo.

3.2.5. Assinatura Mensal

Os Beneficiários do Passe para a Rede Geral que utilizem com regularidade o transporte ferroviário em determinados trajectos, que possam ser cobertos por assinatura, devem optar pelo carregamento da respectiva assinatura (válida por 30 dias).

Os Familiares dos trabalhadores com direito a 75% de desconto e que utilizem com regularidade o transporte ferroviário poderão optar pelo carregamento de assinatura (válida por 30 dias).

4. CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DAS CONCESSÕES DE VIAGEM

4.1. Aos Beneficiários referidos no ponto 2. é atribuído um Cartão através do qual se identifica o tipo de Beneficiário e a classe de viagem.

4.2. Quando o cartão de identificação atingir a data limite da validade ou em caso de anomalia comprovada, o mesmo será substituído, sem custos para o Beneficiário. Nos restantes

casos a substituição terá o custo de € 7,00 (sete euros) a suportar pelo Beneficiário e sujeito a actualização por parte do Emissor.

4.3. Sem prejuízo do disposto no ponto 3.1. os Beneficiários têm direito a viajar em 1ª classe, com excepção do serviço Alfa Pendular em que o direito se circunscreve à classe turística, podendo, contudo, viajar na classe conforto mediante o pagamento da diferença de preço (de bilhete inteiro para bilhete inteiro).

4.4. As condições de utilização, reserva de viagens e carregamento de assinaturas, quando aplicável, obedecem à legislação em vigor e às condições gerais aplicadas pela CP aos seus Clientes.

5. IDENTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Os Beneficiários das concessões deverão identificar-se exibindo o cartão emitido pela CP e, se for caso disso, outro cartão de identificação com fotografia actualizada, sempre que tal lhes seja solicitado pelos trabalhadores em serviço de venda, revisão e de inspecção da CP.

6. INTRANSMISSIBILIDADE DAS CONCESSÕES

As concessões são pessoais e intransmissíveis, pelo que a utilização indevida ou fraudulenta dos respectivos cartões e títulos está sujeita às sanções estipuladas no ponto 10.

7. EXTRAVIO

O extravio do cartão emitido no âmbito do presente Regulamento deve ser comunicado aos Recursos Humanos da MEDWAY.

8. REGIME ESPECIAL

8.1. Licença sem retribuição

Sempre que um trabalhador se encontre na situação de licença sem retribuição, por um período superior a trinta dias, deve entregar nos Recursos Humanos da MEDWAY o seu cartão de concessões e os dos seus familiares.

8.2. Responsabilidade Social

8.2.1. Em cada ano civil a MEDWAY concederá aos pais dos trabalhadores no activo e aos pais dos trabalhadores falecidos em acidente de trabalho ao serviço da Empresa, com 15 ou mais anos de serviço, 2 viagens anuais gratuitas de ida e volta, cuja atribuição é feita através de declaração ou voucher's, mediante a requisição em modelo próprio em moldes a definir pela MEDWAY.

8.2.2. Em situações devidamente comprovadas, a MEDWAY concede em cada ano lectivo, aos pais dos trabalhadores no activo, que acompanhem os netos com idade até aos 12 anos

inclusive, no percurso residência/escola, um título de transporte Urbano ou Regional/Inter-regional gratuito, válido de Setembro a Junho. A atribuição faz-se mediante a requisição em modelo próprio em moldes a definir pela MEDWAY.

9. CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

Cessando o contrato de trabalho, o trabalhador e os respectivos familiares ficam obrigados à devolução dos respectivos cartões aos Recursos Humanos da MEDWAY, sem prejuízo da emissão de novos cartões de concessão, sempre que a tal houver lugar nos termos do presente Regulamento.

9.1. Cessação do contrato de trabalho por mútuo acordo

Aos trabalhadores que revoguem por mútuo acordo, os contratos que os vinculam à MEDWAY, são atribuídos os benefícios nos termos do regulamento em vigor aplicáveis aos trabalhadores cujo contrato caduca por efeito de passagem à reforma.

9.2. Transporte fluvial Barreiro/Terreiro do Paço

Em viagens de e para o seu local de trabalho é atribuído aos trabalhadores uma assinatura para o percurso fluvial. A referida assinatura tem periodicidade variável, de acordo com as necessidades, sendo requisitada pela MEDWAY à Soflusa/Transtejo, sem encargos para os trabalhadores.

10. PENALIDADES

10.1. A violação das disposições do presente Regulamento é sancionada, consoante a sua gravidade e imputabilidade, com a suspensão temporária ou perda definitiva do direito às concessões.

10.2. A suspensão prevista no número anterior pode ser fixada entre 30 dias e 18 meses.

10.3. A suspensão temporária ou perda definitiva do direito às concessões afecta somente o título em causa, ou em todos os que a ele estiverem associados quando o infractor for o Beneficiário directo da concessão (trabalhador, Pré-Reformado, Reformado ou Pensionista).

10.4. Para efeitos de aplicação do disposto nos pontos anteriores são considerados sancionáveis nomeadamente os seguintes casos:

10.4.1. Recusa da apresentação do cartão emitido pela CP e/ou documento de identificação, sempre que solicitado, em violação do disposto no ponto 5. do presente Regulamento;

10.4.2. Transmissão indevida do cartão emitido pela CP, em violação do disposto no ponto 6. do presente Regulamento;

10.4.3. Falsas declarações com vista à atribuição dos benefícios previstos no presente Regulamento fora das situações neste consignado.

10.5. A violação das disposições legais e condições de utilização estipuladas pela CP por parte do Beneficiário, bem como as consequências que daí decorram, serão da exclusiva responsabilidade do Beneficiário, sem prejuízo de sanções previstas nos outros números.

10.6. Sem prejuízo das sanções previstas nos números anteriores, a MEDWAY pode ainda agir disciplinar, penal ou civilmente contra os infractores, nos casos em que tal se justifique.

11. VIGÊNCIA

O presente Regulamento entra em vigor em ____/____/____ e anula e substitui toda a regulamentação anterior neste âmbito.

ANEXO ÚNICO

CONCESSÕES DE VIAGENS INTERNACIONAIS

AS MATÉRIAS CONSTANTES DESTA RÚBRICA NÃO SÃO PASSÍVEIS DE NEGOCIAÇÃO POR SE REGEREM PELAS CONDIÇÕES INSTITUÍDAS PELO AGRUPAMENTO FIP.

1. As concessões de Viagem Internacionais dependem dos termos e condições acordadas pelas redes aderentes ao agrupamento FIP.

2. BENEFICIÁRIOS

2.1. Trabalhadores

- 2.1.1. Uma viagem anual de acordo com as condições das redes aderentes;
- 2.1.2. Carta Internacional de Redução (CIR), com direito a 50% da redução, sem limite de viagens.

2.2. Familiares dos trabalhadores (Cônjuge e filhos até 25 anos inclusive)

- 2.2.1. Carta Internacional de Redução (CIR), com direito a 50% da redução, sem limite de viagens.

2.3. Reformados

- 2.3.1. Uma viagem anual de acordo com as condições das redes aderentes nos 45 meses subsequentes à reforma.
- 2.3.2. Carta Internacional de Redução (CIR), com direito a 50% da redução, sem limite de viagens.

2.4. Familiares dos reformados (Cônjuge)

- 2.4.1. Carta Internacional de Redução (CIR), com direito a 50% da redução, sem limite de viagens.

3. **Redes Ferroviárias aderentes ao agrupamento FIP, (Grupo para as facilidades de Circulação Internacional do Pessoal dos Caminhos de Ferro), à data do presente Regulamento:**

Alemanha – DB AG Áustria – OBB Bélgica – CNCB Bósnia – ZFBH Bulgária – BDZ Croácia – HZ Dinamarca – DSB Eslováquia – ZSR Eslovénia – SZ Espanha - RENFE Finlândia – VR França - SNCF Grã-Bretanha - ATOC Grã-Bretanha - EIL Grécia – OSE	Herzegovina – ZRS Holanda – NS Hungria – MÁV-GySEV Irlanda do Norte – NIR Itália – FS Luxemburgo – CFL Macedónia – MZ-T Montenegro – ZPCG Noruega – NSB Polónia – PKP República Checa – CD República da Irlanda – CIE Roménia - CFR Sérvia – ZS Suíça – SBB-SFF/BLS/SP
---	---

4. **Empresas de Navegação aderentes ao agrupamento FIP**

Alemanha /Suíça/Áustria – VSU Grã Bretanha – CLL Grécia – ATTICA Holanda – STL República da Irlanda/Norte - SLL
--